

**A DIALÉTICA DA CRISE SOCIAL:  
DO MITO NEOLIBERAL AO FIM DOS  
DIREITOS SOCIAIS**

*Nicolle Bruno Bressane<sup>1</sup>*

*Wanderley Todai Jr<sup>2</sup>*

**RESUMO:** O mito de que o neoliberalismo seria a única saída política possível para resolver as crises econômicas, políticas e sociais, existentes desde a década de 1970, há muito tem sido propagado em todo o globo terrestre. Contudo, o que se deve considerar é que o ideal neoliberal que se encontra entranhado na maior parte da política mundial sempre teve um único objetivo: a perpetuação do sistema capitalista e dos privilégios da classe burguesa. E, para alcançar esse objetivo, a classe dominante investiu fortemente na devastação dos direitos sociais, patrocinando líderes que defendessem os seus interesses - fossem eles eleitos democraticamente ou levados ao poder à força - com a intenção de enfraquecer os movimentos sociais por direitos formalmente existentes, aumentando ainda mais o abismo econômico e social existente entre burguesia e classe trabalhadora.

**PALAVRAS-CHAVE:** ciências políticas; neoliberalismo; direitos sociais; crise político-social; devastação neoliberal

**ABSTRACT:** The myth that neoliberalism would be the only political solution that could solve the economical, political and social crisis that have

<sup>1</sup> Nicolle Bruno Bressane é graduada em Direito. Apresentou monografia para a conclusão do curso de Direito com o tema: “ESBOÇO DE UMA CRÍTICA AO DESMONTE DOS DIREITOS SOCIAIS NO MODELO NEOLIBERAL: uma análise sobre o direito à educação no Brasil atual”, além de ter participado do Programa de Monitoria da Universidade Padre Anchieta na disciplina de Ciências Políticas e membro do grupo de estudos sobre “Estudos Avançados em Teoria Política”, sob coordenação do professor Me. Wanderley Todai Jr.

existed since the 1970's has for long been propagated in the entire Earth. However, what must be considered is that the neoliberal ideals ingrained in world politics always had a single goal: the perpetuation of the capitalist system and the privileges of the bourgeoisie. And, to reach these goals, the dominant class has heavily invested in the devastation of social rights, sponsoring leaders who defend their interests - be them democratically elect or taken to power by force - with the intention of weakening social movements for institutionally existing rights, increasing even more the economical and social gap between the bourgeoisie and the working class.

**KEY-WORDS:** political sciences; neoliberalism; social rights; social-political crisis; devastation.

## INTRODUÇÃO

No fundo do capitalismo, ansioso por sobreviver, há Hitler. No fundo do humanismo formal, há Hitler. (...) Só há espaço para o trabalho forçado, o roubo, a intimação, a pressão, a polícia, os impostos, o roubo, o estupro, a imposição cultural, o desprezo, a desconfiança, o necrotério, a presunção, a grosseria, as elites descerebradas, as massas aviltadas. (...) Falam-me de civilização, eu falo de proletarianização e mistificação. (Césaire, 2020)

O modelo neoliberal de produção capitalista tomou pouco alcance no debater político

<sup>2</sup> Wanderley Todai Junior é professor de Teoria Política, Sociologia do Direito, Sociologia Geral, Teoria do Estado e História do Direito na Faculdade de Direito do Centro Universitário Padre Anchieta, Jundiá. É graduado em Direito, Especialista em Sociologia e Mestre em Sociologia. Conduz pesquisa sobre a Teoria Ontológica de Georg Lukács, Teoria da Dependência e a América Latina e Marxismo e Psicanálise.

econômico, até a década de 1970, sendo que um de seus principais divulgadores, Friedrich Hayek, buscou na década de 1940, no texto “O Caminho da Servidão”, reordenar as premissas liberais que haviam sido destruídas com a crise de 1929. Muito antes de Hayek, essas premissas já estavam em discussão com os autores da chamada “economia neoclássica”, ao final do século XIX e, posteriormente, com Friedrich Von Mises, aprofundaram a ortodoxia liberal frente à incontestável insatisfação das massas populares, as péssimas condições de vida, em geral, para estas mesmas massas, o avanço da organização operária e a ascensão dos partidos revolucionários que culminou na primeira revolução social de caráter popular e na organização de um Estado popular socialista, em outubro de 1917.

Fato interessante é que, após compactuar com a ascensão fascista, na expectativa de que o fascismo pudesse combater e destruir a luta populares contra o poder burguês da propriedade privada – função fundamental ao que se propuseram todos os líderes fascistas / nazistas, de serem salvaguarda da dominação burguesa e alavanca de recuperação econômica depois de 1929, no último caso solução para a qual os neoliberais não puderam apresentar qualquer alternativa, senão seus modelinhos abstratos, construídos em planilhas especulativas sobre como deveria ser a sociedade, sem ser capaz de considerar como ela efetivamente é – a crítica neoliberal da ascensão fascista, por vezes mal chamada de “totalitarismo”, em suas variadas

vertentes – italiana, alemã, espanhola e portuguesa, apenas para considerar as mais conhecidas – foi substituída pelos neoliberais por uma defesa intransigente, internamente lógica, empiricamente absurda e pragmaticamente perversa e destrutiva de todas as instituições sociais e públicas, ou como dizem alguns, substituir o totalitarismo de Estado pelo totalitarismo da propriedade privada, eufemisticamente chamada de “mercado”.

A implantação sistemática das ditaduras empresariais-militares na América Latina, durante o pós-guerra prestou-se ao mesmo serviço, num contexto particular, de servir a perseguição política e a destruição de movimentos populares, com o fim de resguardar a dominação das elites internas economicamente dominantes, sendo que algumas dessas ditaduras foram precursoras da implantação neoliberal na América Latina e, na verdade, foram condição necessária à destruição da autonomia nacional alcançada na década de 1950 e 1960, destruição dirigida pelas elites entreguistas, gestoras da dependência e autoproclamadas “patrióticas” – seja lá o que isto queira dizer no contexto latino-americano. Enquanto na Europa e na América do Norte desenvolviam-se teorias “críticas” sobre a “desumanidade absurda” do fascismo, estas mesmas potências estimulavam golpes e torturas na América Latina, no Oriente Médio e na Ásia, a fim de intensificar seu papel colonial e imperialista. Como disse Aimé Césaire, o liberalismo como sistema social nunca teve nada contra a destruição e o genocídio de massas, o problema do fascismo e do nazismo é que “eles

aplicaram dentro da Europa, aquilo que os europeus liberais há séculos aplicaram sistematicamente sobre a Ásia, África e América”. (CÉSAIRE, 2020, p.19)

Passado o período no qual a Europa encontrava-se imersa nas políticas fascistas, logo se inicia a implantação do neoliberalismo como diretriz de política pública pelos governantes de alguns países na década de 1970, escancarando o que a teoria já buscava sustentar e, principalmente, manter o modelo capitalista de produção em meio às crises econômicas, políticas e sociais do período. Entretanto, para aprofundarmos o contexto no qual o neoliberalismo consolida-se, é necessário conhecer o momento anterior, quando da construção europeia do chamado Estado de “Bem-Estar Social” ou *Welfare State*. O *Welfare State* surgiu com o término da Segunda Guerra Mundial, em 1945, quando o modelo nazista e fascista, após terem destruído as oposições internas e, particularmente, operárias e socialistas, foi então destruído primeiro pela ofensiva da Rússia Socialista e depois pela coalizão burguesa liderada pela Inglaterra e Estados Unidos, na medida em que a Alemanha nazista se tomara uma ameaça bélica para as próprias potências capitalistas e não por qualquer motivo humanitário abstrato – aliás, a política racista de eliminação de massas exercida pelos nazistas teve como professores originais as práticas inglesas e francesas na África e na Ásia, a eliminação genocida dos povos nativos no oeste norte americano, assistida entusiasticamente pela “grandiosa” Declaração de Direitos Americana,

bem como a intervenção norte americana na América central, caso, por exemplo do Haiti.

Além disso, o pós-guerra escancarou a devastação social, política e econômica na qual os países centrais da Europa estavam inseridos. Receosos com a possibilidade de uma nova recessão econômica iminente nos mesmos moldes da experimentada na década de 30 e da ascensão cultural e política das democracias socialistas populares representadas pela Rússia Soviética, a solução encontrada foi a de buscar um acordo com as classes operárias dos países centrais europeus e suas classes dominantes burguesas (HARVEY, 2008, p.24-25). Assim, as sociedades capitalistas reconstruíram-se buscando novas linhas de acordos entre economia capitalista e uma política social compensatória, já que a primeira, em nenhum momento da história, se demonstrou satisfatória do ponto de vista da melhoria das condições de vida para as massas – o que não implica que ela não provoque o aumento da renda geral e, ao mesmo tempo, a piora das condições gerais da população.

Para recuperar a sociedade europeia devastada pela segunda grande guerra imperial capitalista – há que se dar nome aos bois – e pela crise econômica a mal chamada “mão invisível do mercado” não compareceu. Talvez estivesse de férias, dormindo ou talvez nunca tenha existido realmente, senão numa análise muito específica de Adam Smith, nos devaneios esquizofrênicos e oportunistas liberais ou nos sonhos meritocráticos de uma classe média abobalhada e delirante.

Abandonando a paranoia liberal e tomando o princípio de realidade freudiano, a burguesia realmente existente recuperou um capitalismo realmente existente a partir da ampliação dos braços intervencionistas do Estado, que já há muito existiam, mas que agora havia se tornado também um propagador político econômico de garantias sociais de massas, refletindo as lutas de classes europeias do período, já mencionadas acima, inclusive incentivando a integração e o desenvolvimento social da classe operária.

O novo modelo social, que prometia garantir a possibilidade de um consumo de massa nos países capitalistas centrais e gerar desenvolvimento para os países periféricos, funcionou apenas entre as décadas de 1950 e finais de 1970. A década de 1960 ficou conhecida como anos dourados com grande expansão econômica e períodos de depressão muito reduzidos que possibilitaram a manutenção do *Welfare State* nos países capitalistas centrais. Pela primeira vez desenvolveu-se um modelo capitalista de intervenção estatal e expresso em direitos sociais universais, de modo com que o acesso da classe trabalhadora à educação, saúde, moradia, previdência e garantias trabalhistas geraram muitas possibilidades de acesso para essa classe. Em alguns países, a saúde foi universalizada, o trabalho foi regulamentado de modo a garantir os direitos dos trabalhadores e a educação e o transporte público foram instalados com qualidade. Na Grã-Bretanha havia, inclusive, um programa governamental de moradia acessível.

No entanto, mais uma crise inerente ao modelo de acumulação do capital iniciou-se nos anos 1970, gerando desemprego e alta inflação e evidenciando que o modelo de intervenção estatal também não era capaz de controlar a irracionalidade reprodutiva da economia capitalista. Com todas as classes sociais insatisfeitas devido ao recesso econômico, cada uma ao seu modo lançando críticas ao sistema social, desde um moralismo barato, às tentativas de insurreição como maio de 1968 na França, a ampliação das lutas sociais e o extermínio dos movimentos populares nos Estados Unidos, como o caso dos Panteras Negras, o sonho dourado capitalista – seja o europeu, seja o norte-americano – desabou como o castelo de cartas que era. A incapacidade econômica e política de sustentar o modelo de Estado de Bem-Estar Social, o mesmo sobre a capacidade de consumo e renda norte americana, junto do declínio da potência Russa Soviética, deram espaço para o que alguns oportunistas ecléticos e financiados pela Cia chamado de “Fim da História”. Um novo e único mundo possível se abria, a vitória do capitalismo imperialista liberal, agora em sua conversão ortodoxa mais perversa, um “ultraliberalismo” ou “neoliberalismo”, chamem como quiser, capaz de destruir o pouco de integração coletiva pública e as falsas esperanças em um mundo burguês e humanista – como abstratamente narrado em suas abstratas cartas de direitos universais – deu logo no início a sua face escura já nas telas do cinema com Blade Runner.

## O contexto neoliberal entre o mito e a perversidade

A longa e profunda recessão entre 1969-1973, contudo, alimentou o solo sobre o qual os neoliberais puderam avançar. Para eles, a crise resultava do poder excessivo e nefasto dos sindicatos e do movimento operário, que corroeram as bases da acumulação, e do aumento dos gastos sociais do Estado, o que desencadearia processos inflacionários (BEHRING, 2009, p. 125-126).

Os defensores do neoliberalismo tinham como fundamento abstrato a liberdade individual e a dignidade humana, presente nos fundamentos jurídicos do sistema social capitalista, mas na base concreta de seus raciocínios funcionava e funciona, hoje, um único direito concreto e efetivo, a propriedade privada. Os primeiros eram enfatizados aos quatro cantos do planeta como ideias, enquanto, na realidade avançava o poder das corporações burguesas europeias e norte americanas pelo globo, numa dialética do mercado e do canhão, como já havia sido, desde os tempos de John Locke – famoso negociante de escravos e defensor do trabalho infantil do proletariado (LOSURDO, 2006). Ao mesmo tempo, o tema da democracia buscava demonstrar a sua relação intrínseca com o tal mercado e que qualquer intervenção estatal seria uma maneira de minimizar os interesses individuais e gerar crises econômicas artificiais – já que as crises do tal “mercado” seriam “naturais”, tanto quanto as árvores ou a gravidade (HARVEY, 2008).

Segundo eles, a não intervenção do Estado garantiria, também, a diminuição dos impostos sobre grandes fortunas, a contenção dos gastos sociais e o abandono do pleno emprego – naturalizando o desemprego como algo quase sempre voluntário –, isso associado a reformas fiscais e sociais que diziam buscar a estabilidade monetária, sendo necessárias e irreversíveis. Na prática, o neoliberalismo e seus asseclas liberais “libertários” se sentiram profundamente à vontade e acolhidos para trabalhar ao lado do ditador genocida Augusto Pinochet (1973-1990), no Chile, em seguida, encontraram o mesmo acolhimento na brutal Ditadura na Argentina; depois nos governos autoritários de Margaret Thatcher (1979-1990), no Reino Unido e de Ronald Reagan (1981-1989) nos Estados Unidos, governos perseguidores de movimentos sociais e que atacaram sistematicamente os sindicatos operários nestes países.

As medidas tomadas foram redução de impostos, privatização de empresas e o enfrentamento do poder sindical e das políticas sociais que estavam sendo desenvolvidas até então. Dentre eles, os Estados Unidos da América merece destaque por promover guerras, invasões e apoio a derrubadas de governos em diversos países em nome do neoliberalismo, garantindo que suas empresas pudessem continuar produzindo a baixo custo no exterior e que os produtos básicos de matéria prima continuassem a ser vendidos a eles prioritariamente. Daí a necessidade de destruição do nacionalismo industrial que havia sido

desenvolvido no curto período de vinte anos que se seguiram ao pós-guerra, com o auxílio das elites entreguistas da América Latina e suas alas de militares golpistas. “O pressuposto de que as liberdades individuais são garantidas pela liberdade de mercado e de comércio [...] há muito determina a atitude norte americana para com o resto do mundo” (HARVEY, 2008, p.17). Resumidamente, os Estados Unidos, acompanhado pelos demais países neoliberais, ao longo da década de 80 e 90, aproveitaram-se da taxa de retorno extraídas dos demais países ao redor do mundo, numa prática que o autor David Harvey (2008) chama de colonialismo sem colônias, e de uma política de ajuste econômico estrutural em parceria com órgãos financeiros internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM) a fim de fortalecer definitivamente a burguesia dominante que agora se internacionalizava.

A política de austeridade, porém, não foi capaz de resolver a crise econômica e de alterar os baixos índices de desenvolvimento, gerando, apenas, diversos efeitos destrutivos no âmbito social (BEHRING, 2009) como o aumento recessivo dos impostos para a classe trabalhadora e a redução da intervenção do Estado nas políticas sociais, agravando em muito a desigualdade. E, quando falamos em efeitos destrutivos nos direitos sociais e aumento da desigualdade, vemos que as primeiras consequências sempre podem ser percebidas na exploração da força de trabalho.

Aqui, aliás, reside um dos aspectos mais expressivos na ofensiva do capital contra o trabalho: a retórica do “pleno emprego” dos “anos dourados” foi substituída, no discurso dos defensores do capital, pela defesa das *formas precárias* de emprego (sem quaisquer garantias sociais) e do emprego em *tempo parcial* (também frequentemente sem garantias), que obriga o trabalhador a buscar o seu sustento, simultaneamente, em várias ocupações. (NETTO, 2008, p. 218).

Com a naturalização do desemprego e das precarizações das condições do direito do trabalho – isto com o auxílio descerebrado das classes médias concursadas dos judiciários – o neoliberalismo se expandiu para os demais direitos sociais, deixando-os a mercê do livre mercado e dos desmontes “necessários” que prometiam o pleno funcionamento do sistema capitalista, uma fantasia delirante de um Estado que devesse ser “mínimo” – ainda que nunca se tenha visto tal coisa – mantendo a ilusão da liberdade dos indivíduos, plenamente livres em um aspecto concreto, o de serem vendedores da sua força de trabalho, livres para trocarem mercadorias e disporem daquilo que é seu conforme seus “interesses privados” egoístas.

Entretanto, no modelo neoliberal, este Estado mínimo não se aplica para o âmbito da economia capitalista. Em contrapartida ao discurso proferido pelos representantes deste modelo econômico, o grande capital sempre dependeu de intervenção que garantisse os incentivos fiscais, os acessos aos bens públicos pelo capital privado, o financiamento tecnológico público, a regulamentação comercial, diplomática e política, a proteção dos mercados internos dos países

centrais, o endividamento público, a transferência de recursos públicos para as carteiras dos bancos privados e, acima de tudo, o braço bélico genocida predominante deste o gênese deste sistema. “Na verdade, ao proclamar a necessidade de um ‘Estado mínimo’, o que pretendem os monopólios e seus representantes nada mais é que um Estado mínimo para o trabalho e máximo para o capital” (NETTO, 2008, p. 227).

Tais características já haviam sido expostas no liberalismo do século XVIII, contudo, em que pese a existência de similaridades entre o modelo liberal e o neoliberal do século XX, há que se pontuar que as diferenças são evidentes. O neoliberalismo, apesar de carregar a bandeira de defesa das liberdades individuais, não traz em si a teoria da “mão invisível do mercado” de Adam Smith, tendo em vista que o Estado nesse novo sistema tem papel fundamental como garantidor da ordem econômica e como destruidor dos direitos sociais. Além disso, esse novo modelo só existe dentro da era dos monopólios, principalmente nos serviços básicos como distribuição de água, de energia, de alimentos, de comunicação, extração de minérios e matérias primas, alta tecnologia bélica, farmacêutica, genética, entre outras. Verifica-se explicitamente um progressivo aumento do abismo social e da concentração de riquezas, fatores que vão de encontro com o pensamento teórico liberal, relativamente crítico e por vezes honesto, que acreditava na existência de um mercado capaz de gerar igualdade de concorrência,

diminuição das desigualdades sociais e distribuição social ampliada da riqueza.

Outra característica do neoliberalismo é que esse modelo está inserido em um contexto de “globalização”, o que significa supressão de fronteiras para o capital e de existência de órgãos supranacionais reguladores da economia, fatores de extrema importância para entender como tudo funciona na prática. Primeiro, porque a inexistência de barreiras para o mercado faz com que a análise sobre a sociedade capitalista tenha que ser feita de forma global sob o risco de se obter resultados irreais. Antes, a desigualdade social podia ser medida dentro de um país capitalista ou em um local específico; atualmente, temos que medi-la mundialmente, porque a exploração das forças de trabalho não respeita fronteiras, criando países ricos e desenvolvidos que só existem devido a utilização de outros países – pobres e não-desenvolvidos – como extensão de seu território para mascarar os efeitos destrutivos do avanço do capitalismo. É a saída neoimperialista para solucionar as contradições internas das sociedades baseadas na acumulação do capital (HARVEY, 2013, p. 600). Segundo porque essa práxis é combinada com a existência dos órgãos supranacionais reguladores de economia que são materialmente isentos de fiscalização e de regulamentação, como o Banco Mundial (BM) e o Fundo Monetário Internacional (FMI), que auxiliam na imposição do modelo neoliberal nos países periféricos sob o mito de financiar o desenvolvimento.

O modelo anterior de sociedade capitalista marcada pela luta de classes e na qual era nítido que os donos do poder eram aqueles que detinham os meios sociais de produção foi abandonado e desemboca-se em um capitalismo complexo e híbrido, que mantém a estrutura descrita por Marx em sua obra *O Capital*, mas que se desenvolve (mundialmente) de tal maneira que à primeira vista pareça algo natural das sociedades contemporâneas, principalmente no que tange à sua necessidade de existência e à formação social dos indivíduos. Isso ocorre porque o neoliberalismo aparenta ter sido desejado por grande parte da sociedade ou ter sido a única alternativa às crises anteriores. Não à toa, o *slogan* utilizado por Margaret Thatcher ficou mundialmente conhecido como TINA, iniciais da frase “*There Is No Alternative*” (Não Há Alternativa) quando da implantação do neoliberalismo na Grã-Bretanha. O que Thatcher e aqueles que apoiavam financeiramente a implantação do modelo neoliberal queriam era demonstrar que apesar dos evidentes malefícios do modelo que estava sendo iniciado, aquela era a única alternativa possível; que o neoliberalismo se consolidaria ou, então, teríamos o caos.

E esse projeto foi amplamente implantado nas relações sociais, principalmente nos países da Europa e nos Estados Unidos, pelos meios de comunicação, por intelectuais servis, pela influência das grandes corporações, pela fragilidade crítica do pensamento universitário e, necessariamente, pelo poder do Estado. Segundo

Harvey (2008), houve uma construção personalizada de um consentimento ao redor dos ideais neoliberais em cada um dos países que haviam experimentado o *Welfare State*. Em alguns, como nos Estados Unidos – que nunca viu o tal *Welfare State* – a implementação do ideal neoliberal ocorreu de maneira mais sutil e tranquila se comparado à Inglaterra, por exemplo, onde o Estado de Bem-Estar Social havia garantido a nacionalização das indústrias e do transporte, um sistema de saúde universal gratuito e um grande programa habitacional acessível de qualidade que, ao serem revertidos, tiveram impactos fortes na sociedade que, contudo, não conseguiu encontrar meios para resistir ao desmonte dos direitos sociais adquiridos.

O sistema de governo de Margaret Thatcher nos anos 80 privatizou as estatais, incentivou as importações, criou níveis de desemprego essenciais ao sistema, controlou os impostos de forma que não houvesse excessivas cobranças das classes mais altas e diminuiu os repasses de verbas do governo para os municípios. Assim como nos demais governos neoliberais que incentivaram a terceirização de serviços antes estatais com o intuito de diminuir ao máximo as obrigações do Estado, devolvendo ao mercado o controle sobre as relações sociais e promovendo a diminuição do sentimento de solidariedade criado no período pós-guerra e o aumento da sociedade que prima por seus interesses individuais.

Pode-se, então, afirmar que o sistema neoliberal influencia todas as relações existentes



dentro de uma sociedade, imprimindo um processo de naturalização da concorrência (desigual) e da ideologia meritocrática. Numa sociedade neoliberal,

embora a liberdade pessoal e individual no mercado seja garantida, cada indivíduo é julgado responsável por suas próprias ações e seu próprio bem-estar, do mesmo modo como deve responder por eles. Esse princípio é aplicado aos domínios do bem-estar social, da educação, da assistência à saúde e até aos regimes previdenciários (a seguridade social foi privatizada no Chile e na Eslováquia, e há propostas nesse sentido nos Estados Unidos). O sucesso e o fracasso individuais são interpretados em termos de virtudes empreendedoras ou de falhas pessoais (como não investir o suficiente em seu próprio capital humano por meio de educação), em vez de atribuídos a alguma propriedade sistêmica (como as exclusões de classe que se costumam atribuir ao capitalismo) (HARVEY, 2011, p. 76).

Vale ressaltar que o espírito do neoliberalismo percorre todas as classes sociais, desde a mais alta burguesia, que obtém vantagens com esse sistema, até a classe dos trabalhadores em situação de extrema vulnerabilidade, que são diariamente prejudicados com a retirada de direitos, e, por isso, sustenta-se, inclusive, em regimes “democráticos liberais”, a partir de um jogo muito sofisticado de comunicação de massa, realizado pelo monopólio das mídias dominadas pela elite nacional, interessada em sacrificar os interesses sociais e a renda social geral, para garantir a acumulação de suas propriedades e dos interesses das elites nacionais e internacionais. É comum que governantes com uma agenda claramente

neoliberal sejam eleitos em países democráticos liberais com sufrágio universal nos quais a grande maioria da população faz parte da classe trabalhadora, posteriormente a uma vultosa propaganda de massa que toma jornais escritos e televisivos, mídia das redes sociais, filmes, novelas e séries que naturalizam a visão individualista, moralista e a falsa meritocracia, além do caríssimo sistema de notícias falsas veiculadas pela rede de internet o qual envolve capital privado, empresas de mídias sociais como o Facebook e elites políticas profissionais e reacionárias disfarçadas de representantes do povo – quando o são apenas de si mesmos e das elites do capital. Todavia, não há a certeza de que o projeto neoliberal de enraizamento do pensamento burguês na sociedade funcione sempre e garanta a perpetuação da burguesia neoliberal no governo, por isso, a todo momento a democracia é colocada em cheque e os golpes de Estado se sucedem, particularmente na América Latina, como se pode observar com o golpe que derrubou a presidenta Dilma Rousseff em 2016, o golpe boliviano que derrubou o presidente eleito Evo Morales, seja o golpismo constante que tenta derrubar os governos populares na Venezuela, precedidos de dezenas de outros que basta ao leitor uma breve pesquisa para encontrar. Todos eles com influência direta ou indireta das agências de “inteligência” dos países centrais, particularmente dos Estados Unidos, preparadas para golpear governos diversos, abrindo a política nacional para os interesses de suas corporações.

Um exemplo de como a democracia existente é mitigada, tomando-se meramente formal, é a ausência total de consultas populares para decisões que têm impacto direto na vida dos indivíduos daquela sociedade, de modo que o termo ‘democracia representativa’ seja utilizado de forma denotativa. Ora, se os eleitos são representantes do povo, logo não há necessidade da utilização dos instrumentos de participação popular para a tomada de decisões, mesmo que de extrema importância. Há, também, uma tendência em simplificar o conceito de democracia, resumindo-a em três pilares: o sufrágio universal, a separação dos poderes e os direitos individuais, de modo que se esses três pontos existirem – mesmo que apenas formalmente – tem-se, então, uma democracia. Na prática, conceituar e apontar como devem funcionar as democracias é problemático, tanto que o tema é repetidamente explanado por diversos autores com entendimentos distintos que vão desde aqueles que garantem que a democracia existe atualmente em sua forma mais avançada e outros que acreditam que não há como se falar em democracia dentro do modelo capitalista. O que se extrai de consenso entre todas essas teorias é que a democracia possui um objetivo final, podendo ser a justiça social, a igualdade material entre os indivíduos ou a liberdade individual, de modo que, se esse objetivo final for modificado, a democracia deixa de existir. Outro consenso é o de que para o funcionamento da democracia é necessária uma sociedade com igualdade de condições e de oportunidades. Portanto, pode-se afirmar que o

neoliberalismo possui uma tendência a abandonar a democracia em direção ao autoritarismo, tendo em vista que provoca uma desigualdade social estrutural e que tem como objetivo final a manutenção dos privilégios da classe burguesa dominante – que vai de encontro aos objetivos democráticos – e que, depois de alcançado, deve ser mantido a qualquer custo.

### **A destruição dos direitos sociais e a política neoliberal**

Ao longo da história da sociedade capitalista, os direitos sociais foram implantados contra o predomínio do pensamento liberal, particularmente pela organização das massas operárias em sindicatos e partidos, cujo exemplo primeiro é o debate sobre a diminuição das jornadas de trabalho, o fim do trabalho infantil e o direito de greve, todas estas mobilizações violentamente reprimidas pela política liberal dos Estados, seja nos Estados Unidos seja na Europa. Do ponto de vista da Ideologia Jurídica, a ‘liberdade’ e a ‘igualdade’ existentes na Declaração dos Direitos do Homem francesa possuía caráter de classe, das classes burguesas dominantes, mas o texto foi redigido de modo que tais direitos parecessem universais, dando ensejo para que as futuras declarações seguissem esse modelo e marcando a chamada primeira geração (ou dimensão) dos direitos fundamentais. Essa primeira dimensão tem foco nos direitos individuais do homem à liberdade e à igualdade

que, baseada no Iluminismo, buscou enfrentar os governos absolutistas, mas de maneira nenhuma colocou o problema da liberdade e da igualdade de um ponto de vista que não fosse formal, jurídico. Deste modo, aplicou-se à universalidade abstrata da humanidade uma série de garantias jurídicas que, na prática, substituíram a aristocracia feudal e absolutista pelo domínio absoluto das burguesias centrais e das burguesias subordinadas dos países subdesenvolvidos sobre suas próprias populações, de uma maneira muitas vezes mais perversa do que se observava sobre os domínios feudais.

Em decorrência disso, a primeira grande crise do capitalismo em 1929 evidenciou as defasagens do sistema em relação aos direitos individuais. Neste momento, tornou-se claro que a liberdade tão difundida como princípio liberal restringia-se a uma liberdade de mercado, de proprietários. A solução democrática e não-autoritária para a saída da crise e a manutenção do sistema capitalista foi dada por John M. Keynes que influenciou a criação do Estado de Bem-Estar Social. Então, a partir da pressão política que se erguera contra os países europeus capitalistas com a ascensão da Rússia Soviética, das democracias populares e da possibilidade de superação do sistema burguês para um sistema socialista. Do ponto de vista jurídico – e seria tão importante que os juristas apreendessem sobre as reais e concretas bases de seu direito, em geral, e dos chamados direitos humanos – surgiu a segunda geração dos direitos fundamentais, ainda carregado de ideais da classe burguesa, mas que buscava garantir os

direitos sociais, econômicos e culturais, exprimindo a necessidade de se regulamentar as relações de trabalho e de seguridade social que foi ampliada com a implantação do *Welfare State*.

Em que pese a existência de direitos sociais, principalmente em relação ao trabalho, previamente conquistados devido às lutas de classe anteriores e não à solidariedade de qualquer filantropo de plantão, foi com o Estado de Bem-Estar Social que esses direitos ganharam força e espaço dentro do sistema burguês. O período entre guerras foi de extrema pobreza na Europa central e, ao final da Segunda Guerra Mundial, os países capitalistas encontravam-se novamente devastados, imersos em retrocessos e com a população exposta a doenças, fome, falta de emprego, sem moradia digna e sem acesso aos direitos básicos. Foi então que a pressão da classe dos trabalhadores e o medo do avanço do comunismo fizeram com que os Estados capitalistas concedessem, aos poucos, alguns direitos sociais como o previdenciário, na Alemanha (modelo Bismarck) e o de saúde universal, na Inglaterra, que depois se expandiram para outros países e foram sendo ampliados. De modo gradual, o modelo liberal foi sendo substituído por um modelo intervencionista de Bem-Estar social no qual o Estado tornou-se o garantidor dos direitos sociais, em alguns países mais em outros menos, porém sempre com o intuito de promover a estabilização da sociedade burguesa no momento do pós-Segunda Guerra.

Até esse período, os direitos sociais que foram adquiridos aos poucos e com suas particularidades dependendo do contexto histórico-social que estavam inseridos, da pressão exercida pela classe dos trabalhadores e da necessidade de maiores ou menores concessões por parte do Estado capitalista, vinham em uma crescente; logo, uma vez adquiridos, permaneciam e iam agregando-se aos próximos que direitos viessem. Surgiu, assim, a terceira dimensão dos direitos fundamentais,

representada pela constitucionalização dos direitos da cidadania, do homem como ser e cidadão. São direitos cuja base ética é a alteridade, implicando a solidariedade e a fraternidade, ou a denominação *direitos solidários*, cuja enumeração tem sido mais aberta em virtude da inclusão contínua de novos direitos, além do que se entende propriamente por humanos: direito a um meio ambiente sadio, inclusive no trabalho, direito à paz, direito das minorias a viverem como tais, direito à privacidade, direitos reservados à gerações futuras, à autodeterminação dos povos, ao desenvolvimento, à qualidade de vida, ao patrimônio histórico e cultural, ao acesso aos meios de comunicação (COELHO, 2014, p. 110).

Entretanto, mesmo com o avanço formal na direção da aquisição de direitos cada vez mais importantes para exercer a cidadania dentro de uma sociedade e para combater os crescentes males sociais, por tratar-se ainda de um sistema capitalista, o *Welfare State* não foi capaz de isentar-

se das crises econômicas e a solução neoliberal foi, aos poucos, desmontando toda estrutura de direitos sociais adquiridos a fim de conseguir manter os privilégios da classe burguesa. “As elites político-econômicas, então, começaram a questionar e a responsabilizar pela crise a atuação agigantada do Estado mediador civilizador, especialmente naqueles setores que não revertiam diretamente em favor de seus interesses. E aí se incluíam as políticas sociais” (BEHRING, 2009, p. 103). A lógica do capital, então, transformou os direitos sociais em produtos adquiríveis no mercado de diversas maneiras, iniciando-se nos direitos dos trabalhadores.

A flexibilização das leis trabalhistas foi o primeiro e importante passo nesse sentido, pois, a desunião dos trabalhadores era essencial para o fim da solidariedade social. A individualização das garantias trabalhistas foi necessária para o enfraquecimento dos sindicatos, que, quando fortes, pressionavam os governos a concederem direitos sociais. Por isso, o neoliberalismo defende contundentemente a liberdade individual no âmbito do trabalho, para que cada trabalhador possa negociar diretamente com o patrão de acordo com suas particularidades, fundamentando que essa liberdade é essencial para a diminuição do desemprego e para o desenvolvimento do mercado, mascarando a real intenção em relação ao desmonte do sindicalismo e à manutenção da força de trabalho como mercadoria barata.

O resultado prático dessa flexibilização dos direitos do trabalho demonstra um aumento da

exploração do trabalhador, uma diminuição dos salários, um aumento dos acidentes e o fim das garantias trabalhistas, restando à classe trabalhadora empregos cada vez mais precários e contribuindo para o empobrecimento dessa classe. Esse novo modelo capitalista, portanto, assevera em muito a desigualdade social e faz com que o trabalhador, sem suas garantias sociais, busque por empregos que pagam pouco e exploram muito, muitas vezes sendo obrigados a dobrar ou triplicar a jornada. É o “privilégio da servidão” – expressão utilizada sabiamente pelo autor Ricardo Antunes – pois, mesmo em condições precárias, o emprego ainda é melhor que a falta dele.

Assim como as garantias trabalhistas, o direito à previdência social também foi mitigado com a intenção de obrigar a classe trabalhadora a adquirir cotas particulares de previdência que garantam sua aposentadoria sem depender do Estado. Claramente, esse movimento beneficia os donos do capital financeiro (bancos e fundos de investimentos) que lucram com o investimento da classe trabalhadora e ao final oferecem um serviço bem menos vantajoso que aquele ofertado anteriormente pelo Estado. A questão do desmonte da previdência social é interessante, porque já tem demonstrado seus resultados catastróficos nos países em que ocorreu. O Chile, por exemplo, privatizou o sistema previdenciário em 1981, durante a ditadura neoliberal de Augusto Pinochet (1973-1990), e, atualmente, sofre para tentar reverter os efeitos causados por essa decisão. A grande maioria dos aposentados não recebe valor

suficiente para manter seu próprio sustento. Restam aos chilenos idosos o trabalho até o fim da vida ou até quando conseguirem, quando então, têm que se adaptar a viver precariamente com menos do mínimo.

Já os sistemas públicos de saúde e educação têm sido combatidos de maneira diferente. Desde a implantação do neoliberalismo, criaram-se formas de terceirizar partes dos serviços que integram esses sistemas com a finalidade de diminuir a intervenção do Estado por meio de parcerias público-privadas, contudo, os resultados que se tem experimentado são o encarecimento da manutenção dos serviços de saúde e educação pelos governos e a diminuição de sua qualidade. Além disso, em alguns países, a saúde e a educação oferecidas pelo setor privado são muito melhores que as do setor público devido a diminuição gradual e proposital dos investimentos públicos nesses serviços, o que resulta em profissionais com baixa remuneração, condições de trabalho desfavoráveis, limitação de serviços e sucateamento dos equipamentos.

No caso do Brasil, a redemocratização iniciada em 1984 se completou com a Constituição Federal de 1988, uma constituição com claro viés de Bem-Estar Social, da qual derivou, inclusive, o limitado, mas virtuoso, Sistema Universal de Saúde (SUS). Tal constituição, no entanto, nasce como “natimorta”, na medida em que se pensou a construção do sistema de Bem-Estar social no Brasil, justamente quando se fazia a virada ultraliberal que, na sequência dos atos, começaria a

ser implementada no país com o governo Collor e teria continuidade com Fernando Henrique Cardoso. O insucesso social do projeto FHC levou à sua substituição por Luiz Inácio Lula da Silva, sindicalista que, sem romper com as bases do modelo neoliberal e, buscando aliar-se às elites nacionais, implantou políticas sociais de educação, distribuição de renda, valorização salarial, diversificação das exportações, ampliou a capacidade negocial do Brasil no exterior, ampliou a capacidade de produção petrolífera nacional da Petrobrás e acumulou reservas econômicas federais bilionárias, garantindo a segurança do sistema financeiro e os altos lucros dos especuladores parasitários nacionais e internacionais. Nada disso serviu para apaziguar o ânimo parasita e avassalador das elites nacionais que, numa campanha difamatória midiática e a corrupção do judiciário nacional, derrubou um modelo distributivista neoliberal para uma versão fundamentalista elitista e racial representada pelo medíocre economista banqueiro Paulo Guedes.

## CONCLUSÃO

O neoliberalismo, portanto, é um modelo de produção capitalista cuja finalidade, a curto e longo prazo, é garantir e manter a desigualdade social necessária ao funcionamento do sistema. Para isso, o Estado não pode ser garantidor de acesso universal aos direitos sociais, mesmo que os mais básicos. Ora, se o sistema capitalista visa a produção e perpetuação do lucro, não há motivos

ideológicos para que esses lucros sejam diminuídos em favor do bem-estar e do desenvolvimento comum da sociedade. Os direitos concedidos pelos governos, em maior ou menor grau, dependendo do país, expressam mais o restante das políticas públicas ainda não destruídas ou uma política de distribuição de renda, pregada pelo Banco Mundial, para sanar a extrema miséria gerada pelo sistema social, do que um sistema de garantias universais e públicas. Na frente de tudo isto está a premissa do final da história, da impossibilidade de se pensar contra esta ordem dominante violenta, que perverte as possibilidades e necessidades humanas de sociabilização e desenvolvimento individual, seguindo a falsidade lógica do “Não Há Alternativa”.

E, para ter o apoio das pessoas que vivem sob esse modelo, de forma que ele se perpetue, o neoliberalismo é fundamentado em incentivar o individualismo egocêntrico e a fantasia meritocrática, de modo que, os direitos sociais antes garantidos pelo Estado tornam-se mercadorias passíveis de serem adquiridas num tal “mercado livre”, criando a ilusão de que os sujeitos existem individualmente a partir de si mesmos e que não estão ligados numa rede maior, determinante e coletiva. Esse modelo, ideal para a classe burguesa, possui argumentos muito convincentes que podem ser resumidos em um discurso de retirada de direitos disfarçado de retomada de direitos, em um movimento que quase diz que “quem quer ganhar tem que perder”. Por isso, ele funciona com a classe média e com parte

dos trabalhadores. Contudo, a realidade histórica é que estas reformas desmontam as garantias, retiram a renda das massas, aumentam o abismo entre os mais ricos e pobres e jogam as classes médias e trabalhadoras numa espécie de salve-se quem puder perverso e emocionalmente desolador.

Outro argumento muito utilizado pelos defensores do neoliberalismo é de que os serviços de garantia de direitos sociais básicos privados sempre se desenvolvem mais e mais rápido que os serviços estatais e que a livre concorrência é necessária ao progresso da sociedade. Contudo, se esquecem que esses direitos podem não gerar lucro ou não serem financiados por falta de interesse. Não dá para esperar que os serviços privados tenham compaixão com os seres humanos e prestem serviços não lucrativos.

Portanto, essa lógica de que os serviços privados são mais desenvolvidos e mais ágeis pode funcionar apenas parcialmente para parcelas da população nos grandes centros urbanos, e se torna aviltantemente perversa se levada para a totalidade das regiões brasileiras e pela América Latina e Central, transformada nas últimas décadas em grandes favelas regionais espalhadas pelo continente. Assim, é importante entender que o neoliberalismo é um modelo que não pode ser analisado regionalmente, como o sistema capitalista de modo geral. Ele engloba os países capitalistas centrais e os periféricos, numa dialética da dependência e do subdesenvolvimento e essa política internacional, muito longe de ser resultado de uma dinâmica natural e espontânea – um tipo de

“teologia do mercado”, onipotente e onipresente, capaz de levar sua pessoa e sua mensagem a todas as pessoas –, é a base do sistema capitalista de exploração, nacional e internacional, que explica a política nacional neste início do século XXI.

Na verdade, a história continua seu percurso, sendo construída por homens e mulheres que trabalham por toda parte do globo e que sustentam este sistema de produção perverso, aonde quer que ele tenha chegado, sempre trazendo seus mercadores, seus canhões, seu racismo e sua política de dependência. As escolhas históricas são feitas pelas condições concretas de um tempo concreto e a natureza das coisas muda, assim como mudam as estações do ano. A história presente não nos é favorável, não é favorável para aqueles que pensam a liberdade e a igualdade de modo concreto a partir de bases concretas, e para aqueles que produzem a riqueza por todas as partes, mas dela usufruem muito pouco. Mas isso não há de ser nada e a luta contra a opressão nunca foi um passeio no parque no domingo, como pensa parte da esquerda liberal democrática. O tempo de derrotas é necessariamente seguido por um tempo de conquistas e transformações profundas e estas não de vir, pois a realidade que está posta não é capaz de seduzir por muito tempo e a maquiagem irá derreter como o verão das mudanças derrete o gelo frio e impessoal do inverno.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANTUNES, Ricardo. *A desertificação neoliberal no Brasil (Collor, FHC e Lula)*. 1 ed. São Paulo: Autores Associados, 2004.
- BATISTA, Paulo Nogueira. *O consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos*. Disponível em: <<http://www.consultapopular.org.br/sites/default/files/consenso%20de%20washington.pdf>>. Acesso em: 15 nov. 2017.
- BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. *Política social: fundamentos e história*. Vol 2. 9 ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- BORON, Atilio A. *Os “novos Leviatãs” e a pólis democrática: neoliberalismo, decomposição estatal e decadência da democracia na América Latina*. In: GENTILI, Pedro; SADER, Emir. *Pós-neoliberalismo II: Que Estado pra que democracia?* 2. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1999. p. 7-67.
- BRAZ, Marcelo; NETTO, José Paulo. *Economia política: uma introdução crítica*. 4 ed. São Paulo: Cortez Editora, 2008.
- CÈSAIRE, Aimé. *Discurso sobre o Colonialismo*. Vedeta, São Paulo, 2020.
- COELHO, Luiz Fernando. *Helênia & Devília: civilização e barbárie na saga dos direitos humanos*. 1. ed. Curitiba: Bonijuris, 2014.
- G1. *Economia ‘modelo’ para América do Sul, Chile tem Previdência em cheque*. Disponível em <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/03/22/economia-modelo-para-america-do-sul-chile-tem-previdencia-em-xequê.ghtml>>. Acesso em 01 ago 2019.
- HARVEY, David. *O neoliberalismo: história e implicações*. 1. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2008.
- \_\_\_\_\_. *Os limites do Capital*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2013.
- HAYEK, Friedrich August von. *O caminho da servidão*. 6 ed. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises, 2010.
- LAVAL, Christian. *Bolsonaro, Trump e o neoliberalismo hiperautoritário*. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=Ma5zIS19g-ho>>. Acesso em 30 jun 2019.
- LOSURDO, Domenico. *Contra-História do Liberalismo*. Ideias e Letras, São Paulo, 2006.
- NETTO, José Paulo. *Introdução ao estudo do método em Marx*. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- ZOCKUN, Carolina Zancaner. *Da intervenção do Estado no domínio social*. São Paulo: Malheiros Editores, 2009.